



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 11ª Extraordinária	Sessão legislativa: 2ª	Legislatura: 19ª
Data: 31/10/22		
Horário de início: 11h5min		Horário de encerramento: 11h11min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Professor Claudiney Dulim e com a presença dos vereadores Bruno Miranda e Pedro Patrus e da vereadora Marilda Portela, os dois últimos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 326/22 - “Dispõe sobre o procedimento de transparência da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte em relação a aplicação dos recursos provenientes do Fundeb”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

O vereador Pedro Patrus discutiu o parecer.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedro Patrus, pela aprovação.

2) Projeto de Lei nº 372/22 - “Institui a política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) no Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência - pedido de informação por escrito - apresentada pelo relator, vereador Bruno Miranda.

3) Projeto de Lei nº 392/22 - “Estabelece a obrigatoriedade da utilização de veículos elétricos na prestação de serviços públicos que menciona, a partir de 2028”.

Autoria: vereadores Gabriel, Álvaro Damião, Dr. Célio Frois, Henrique Braga, Irlan Melo, Jorge Santos e Léo, vereadoras Marilda Portela e Nely Aquino e vereadores Professor Juliano Lopes, Reinaldo Gomes Preto Sacolão e Wanderley Porto.

O presidente informou que o parecer foi substituído e que a conclusão é pela aprovação.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Pedro Patrus, pela aprovação.

Registre-se que a vereadora Marilda Portela estava impedida de votar, por ser autora do projeto de lei.

EM TURNO ÚNICO: 4) Projeto de Lei nº 435/22 - “Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2023”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 38, de 30/9/22. 5) Projeto de Lei nº 436/22 - “Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2022-2025, para o período de 2023-2025”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 39, de 30/9/22.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Bruno Miranda, pelo acolhimento, na forma de emendas, da Sugestão Popular nº 13 e, na forma de indicação, das sugestões populares nºs 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 12. Pelo não acolhimento das sugestões populares nºs 1 e 7.



Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

ATA APROVADA	
Distribuição para impugnação: ____/____/____	
Comunicação de aprovação: ____/____/____	
<hr/> <p style="text-align: center;">Presidenta/Presidente</p>	